

# Sumário

<b>1 Introdução</b> .....	1
<b>2 Parte 1 - Direito Concorrencial e Arbitragem no Brasil: o “Estado da Arte”</b> .....	7
2.1 Direito Concorrencial Brasileiro:	
Desenho Normativo e Institucional .....	7
2.1.1 O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	11
2.1.1.1 Estrutura Administrativa do CADE na Sistemática da Lei 12.529/11.....	18
2.1.2 Conteúdo e Aplicação do Direito de Concorrência no Brasil: <i>Public Enforcement</i> e <i>Private Enforcement</i> .....	23
2.1.2.1 <i>Public Enforcement</i> na Legislação Concorrencial Brasileira: Análise de Condutas Anticompetitivas e Análise de Atos de Concentração.....	24
2.1.2.1.1 Análise de Atos de Concentração Econômica – Controle Preventivo .....	24
2.1.2.1.2 Análise de Condutas Anticompetitivas – Controle Repressivo .....	36
2.1.2.2 <i>Private Enforcement</i> na Legislação Concorrencial Brasileira .....	47
2.2 A Resolução de Disputas pela Arbitragem.....	57
2.2.1 Premissas Fundamentais: Conceito e Natureza.....	65
2.2.1.2 Princípios da Arbitragem.....	73
2.2.1.2.1 Princípio da Autonomia da Vontade das Partes .....	74

2.2.1.2.2 Princípio da Autonomia da Cláusula de Arbitragem .....	75
2.2.1.2.3 Princípio da Kompetenz-Kompetenz .....	76
2.2.2 A Convenção de Arbitragem .....	79
2.2.2.1 Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral.....	83
2.2.2.2 Variações da Cláusula Compromissória .....	85
2.2.2.3 Espécies de Compromisso Arbitral.....	89
2.3.3 Requisitos para Submissão de um Litígio à Arbitragem: Arbitrabilidade .....	92
2.3.3.1 Arbitrabilidade Subjetiva .....	93
2.3.3.2 Arbitrabilidade Objetiva .....	95

**3 Parte 2 - A Utilização da Arbitragem como Meio  
de Resolução de Disputas que Envolvam Matéria  
Concorrenciais: *The Meeting of Two Black Arts* ..... 99**

3.1 Limites para o Uso da Arbitragem como Meio Adequado de Resolução de Disputas no Brasil.....	100
3.1.1 Arbitrabilidade do Direito Concorrencial Brasileiro.....	101
3.1.1.1 Arbitrabilidade Subjetiva .....	102
3.1.1.2 Arbitrabilidade Objetiva do Direito Concorrencial .....	106
3.1.1.2.1 Arbitrabilidade Objetiva do Direito Concorrencial em Direito Comparado .....	107
3.1.1.2.2 Arbitrabilidade Objetiva do Direito Concorrencial Brasileiro .....	113
3.1.2 Aplicação do Direito Concorrencial pelo Árbitro: Faculdade ou Dever? .....	118
3.1.3 Os Limites da Atuação do Árbitro em Face das Autoridades Estatais de Defesa da Concorrência .....	129

3.2 Hipóteses de Incidência de Questões Concorrenciais em Procedimentos Arbitrais no Direito Brasileiro.....	133
3.2.1 <i>Enforcement</i> Privado por Meio da Arbitragem: Arbitragem em Controle de Condutas.....	134
3.2.1.1 Demandas Propostas após o Reconhecimento de uma Violação ao Direito Concorrencial pelas Autoridades do SBDC e/ou pelo Poder Judiciário.....	139
3.2.1.2 Demandas que não se Apoiam no Reconhecimento Prévio de uma Violação ao Direito Concorrencial pelas Autoridades do SBDC.....	140
3.2.1.2.1 Demandas Cujo Objeto do Litígio Compreenda Condutas Ainda não Investigadas e Julgadas pelo CADE ou pelo Judiciário.....	141
3.2.1.2.2 Demandas nas Quais as Condutas Anticompetitivas Sejam Identificadas de Forma Incidental.....	142
3.2.1.2.3 Existe Algum Dever dos Árbitros de Reportar a Ciência de Tal Conduta às Autoridades Competentes?.....	144
3.2.2 Arbitragem como Remédio Antitruste: Arbitragem em Controle de Estruturas.....	148
3.2.2.1 Situações de Utilização da Arbitragem para Implementação de Remédios Antitruste.....	151
3.2.2.1.1 Compromissos de Acesso.....	152
3.2.2.1.2 Compromissos de Acesso e Resolução de Disputas Envolvendo Autoridades Reguladoras.....	155
3.2.2.1.3 Arbitragem Supervisionada por um Administrador.....	157
3.2.2.1.4 Arbitragem em Futuras Relações Contratuais.....	158
3.2.2.2 A Experiência Brasileira: Implementação de Remédios Antitruste pelo CADE.....	160

3.2.2.2.1 Caso ICL/Bromisa .....	164
3.2.2.2.2 Caso ALL/Rumo .....	169
3.2.2.2.3 Caso BM&FBovespa/Cetip .....	172
3.2.2.2.4 Caso AT&T/TimeWarner.....	174
<b>4 Considerações Finais.....</b>	<b>179</b>
<b>Referências.....</b>	<b>189</b>